

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

1 Às 09h45min do dia 25 do mês de janeiro de 2017, reuniram-se no auditório da sede da Agência  
2 Estadual de Meio Ambiente - CPRH, situada na Rua Santana, nº 367, Casa Forte, no município do  
3 Recife – PE, os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-  
4 Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, Universidade Federal de Pernambuco –  
5 UFPE, Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN, Usina Petribú S/A, FIEPE –  
6 Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Associação Chã de Peroba, Fórum  
7 Socioambiental de Aldeia e Instituto São Jorge, conforme lista de presença anexa, para  
8 debaterem sobre a seguinte pauta: a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos  
9 conselheiros titulares e suplentes; c) Apresentação de propostas para aplicação de recursos de  
10 compensação ambiental na APA (dentro do Programa de Comunicação, Pesquisa e Educação  
11 Ambiental); d) Discussão sobre o plano de ação do Conselho Gestor e estratégia de  
12 envolvimento das Prefeituras; e) Informes gerais. Na função de gestora da APA e presidente do  
13 Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas a todos e justificando os adiamentos que  
14 foram necessários para a realização da presente reunião (última reunião ordinária do ano de  
15 2016), considerando as minhas demais funções na Agência e a agenda de final de ano dos  
16 Conselheiros, que demonstraram que não tínhamos quórum nas datas sugeridas em dezembro  
17 de 2016. Prosseguindo, entramos no primeiro ponto da pauta, que tratava da aprovação da ata  
18 da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem qualquer alteração.  
19 Em seguida, observando a inexistência de Conselheiros a tomar posse, passamos ao terceiro  
20 ponto da pauta, a apresentação de propostas para aplicação de recursos de compensação  
21 ambiental na APA. Esclareci que o recurso na ordem de R\$ 200.00,00 (duzentos mil reais) foi  
22 decorrente de licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão no âmbito federal (IBAMA) e  
23 que o Comitê de Compensação Ambiental Federal deliberou pela aplicação do recurso na APA  
24 Aldeia-Beberibe por ela ter sido uma das Unidades de Conservação afetadas pelo  
25 empreendimento. Informei que na reunião anterior havíamos iniciado a discussão sobre a  
26 aplicação do recurso, mas que não foi possível deliberar sobre o assunto. Nesse sentido,  
27 voltamos a tratar do assunto para deliberação final sobre o projeto a ser financiado com o  
28 recurso. Propus que utilizássemos como base o último edital da CPRH para adiantar a discussão,

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

29 já que ele trata de conteúdos mínimos para projetos de educação ambiental nas áreas  
30 temáticas “Produção de material educativo e de sensibilização” e “Formação em Educação  
31 Ambiental”, o que foi acatado pela Plenária. Considerando o pronunciamento do Conselheiro  
32 Herbert, do Fórum Socioambiental de Aldeia na reunião do dia 19 de setembro de 2016 do  
33 Conselho Gestor, ratificado na fala dos Conselheiros Paulo, do Fórum Socioambiental de Aldeia,  
34 Sandra, da Usina Petribú e Norma, da UFPE, a Plenária concordou em descartar as áreas  
35 temáticas relacionadas à produção de material educativo e de sensibilização, entendendo que  
36 nesse momento a simples produção de material pode não ter a efetividade necessária na APA,  
37 uma vez que a comunidade necessita de um projeto que se propague e se perpetue. Foi  
38 levantada ainda a possibilidade da utilização do material didático a ser utilizado no curso de  
39 formação em outras ocasiões pertinentes. A Sra. Cristiane, do CEPAN, esclareceu que  
40 geralmente o material didático elaborado para cursos de formação são específicos para aquela  
41 aplicação, sendo necessária a sua adequação para utilização como material educativo. A  
42 Conselheira Luciene, da FIEPE, questionou se a CPRH já possui estudos e levantamentos de  
43 fauna e flora recentes para a APA para servir como base para o projeto. Respondi que as  
44 informações relativas à APA compõem o Plano de Manejo da Unidade, que é do ano de 2013, e  
45 que formalmente somente teríamos como atualizar tais informações com a revisão de tal  
46 instrumento, que deve ocorrer a cada 5 anos. Além disso, existem as pesquisas realizadas na  
47 APA e autorizadas pela CPRH, que trazem novos subsídios, e o projeto para mapeamento dos  
48 corredores ecológicos que deve fazer levantamentos primários dos componentes ambientais da  
49 APA. A Conselheira Luciene demonstrou preocupação em relação à disseminação de doenças  
50 atreladas à fauna, sugerindo que busquemos recursos para realização de pesquisas voltadas a  
51 esse tema. A Sra. Ludmila, do Fórum Socioambiental de Aldeia, questionou se a apresentação de  
52 propostas poderia ser feito por pessoas físicas e jurídicas, para quem respondi que somente  
53 pessoas jurídicas poderiam submeter propostas. Esclareci que para esse projeto  
54 especificamente nós definiremos qual o objeto do projeto, diante do que esperamos para a  
55 APA, mas ele não define detalhes acerca de como ele será desenvolvido. O Conselheiro Roberto,  
56 da Associação Chã de Peroba, demonstrou preocupação quanto ao formato de gestão da APA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

57 pela falta de um gerenciamento executivo e recursos mínimos para seu funcionamento  
58 adequado e presente, remetendo-se a uma queixa recorrente do Fórum Socioambiental de  
59 Aldeia, o que o leva a se questionar o quão efetivo poderá ser o projeto que será financiado  
60 com o recurso disponibilizado pelo IBAMA. Lembrou que as instituições que compõem o Fórum  
61 Socioambiental de Aldeia entregaram um projeto de gestão executiva para APA Aldeia-Beberibe  
62 há mais de um ano para apreciação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do  
63 Estado de Pernambuco – SEMAS/PE, que até então não foi sequer considerado. Finalizando sua  
64 fala, sugere que o Conselho Gestor se empenhe para pensar numa forma de gestão mais  
65 eficiente e viável para a APA, considerando a urgência de ações voltadas à conservação  
66 ambiental e a velocidade com a qual a degradação avança em seu território. Em resposta,  
67 informei que eu, certamente também representando os demais servidores da CPRH, nos  
68 angustiamos por não poder atender de forma mais efetiva aos anseios da sociedade por conta  
69 da falta de recursos humanos e estrutura. Além disso, essa é uma problemática existente no  
70 país inteiro, onde se busca um modelo de gestão exequível e eficiente diante de recursos  
71 escassos e, quando existentes, com restrições de uso pela legislação. Salientei que apesar das  
72 dificuldades, a APA Aldeia-Beberibe tem o grande diferencial de possuir uma sociedade civil  
73 organizada, mobilizada e preocupada com as questões socioambientais, o que já nos fez colher  
74 frutos como Plano de Manejo, Conselho Gestor ativo e gestão no âmbito da CPRH, mesmo  
75 sendo uma das Unidades de Conservação criadas mais recentemente, ao passo que outras não  
76 possuem qualquer desses instrumentos de gestão. Além disso, destaquei que precisamos usar  
77 os poucos recursos existentes de maneira inteligente para buscar a máxima efetividade nas  
78 nossas ações. Após a discussão, foi deliberado que o recurso de compensação ambiental deverá  
79 ser aplicado na área temática de Formação em Educação Ambiental, uma vez que a atividade se  
80 propõe a formar agentes ambientais em diversos setores da APA, capacitando-os acerca dos  
81 conceitos ambientais que deverão ser colocados em prática. Em seguida, acordamos que eu  
82 faria o recorte do texto que nos interessa do edital anterior e as adequações necessárias diante  
83 da nossa expectativa, encaminhando o documento a todos os Conselheiros para apreciação até  
84 o dia 15 de fevereiro, com prazo para devolução com contribuições até o dia 24 de fevereiro,

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

85 quando eu consolidarei o documento para aprovação na próxima reunião e posterior discussão  
86 da forma de execução junto ao empreendedor. Encerrada a discussão desse ponto de pauta,  
87 passamos ao seguinte, que tratava da discussão sobre o plano de ação do Conselho Gestor e  
88 estratégia de envolvimento das Prefeituras. Relatei a falta de participação das Prefeituras nas  
89 últimas reuniões, provavelmente por conta das eleições municipais, e a importância desses  
90 representantes na discussão do plano de ação do Conselho Gestor, pois esses atores são  
91 primordiais para a efetivação de muitas das ações discutidas. O Conselheiro Moacir, do Instituto  
92 São Jorge, relatou que está em contato direto com a nova gestão da Prefeitura de Camaragibe,  
93 e que envidará esforços para o envolvimento do município no Conselho Gestor. Solicitei que os  
94 Conselheiros que puderem atuar junto aos municípios, que o façam, buscando estreitar o  
95 relacionamento entre os municípios e a gestão da APA. Salientei que as prefeituras, no papel de  
96 poder público, tem obrigações relativas à proteção do meio ambiente, sobretudo aqueles  
97 municípios que já assumiram a gestão ambiental (licenciamento, fiscalização e monitoramento),  
98 mas que muitas vezes a falta de articulação nos impede de realizar ações mais efetivas, uma vez  
99 que se juntássemos esforços em determinadas atividades, os resultados seriam mais amplos e  
100 eficazes. O Conselheiro Roberto, da Associação Chã de Peroba, sugeriu que o Conselho Gestor  
101 fizesse reuniões itinerantes entre os municípios que compõem a APA Aldeia-Beberibe, como  
102 forma de estimular o seu envolvimento. Informei que nossas primeiras reuniões foram  
103 realizadas em diferentes locais – Parque Dois Irmãos (Recife), ESEC Caetés (Paulista/Abreu e  
104 Lima) e CIMNC (Araçoiaba) – justamente utilizando dessa estratégia, mas ainda assim não  
105 conseguimos o envolvimento de algumas prefeituras, além de alguns Conselheiros se queixarem  
106 da dificuldade para chegar aos locais. Dessa forma, sugeri que aguardássemos as novas gestões  
107 se organizarem em seus municípios para que voltemos a discutir o plano de ação do Conselho,  
108 podendo ser viabilizada, inclusive, visitas de alguns Conselheiros aos municípios com o objetivo  
109 de sensibilizá-los quanto à importância de sua participação no Conselho Gestor, o que foi  
110 acatado pela Plenária. Passando aos “Informes gerais”, tratamos do status atual do processo de  
111 licitação para execução do projeto de mapeamento e elaboração de estratégias para a  
112 implantação dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe, projeto financiado pelo

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

113 Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (PSHPE) do Banco Mundial.  
114 Informei que toda análise das propostas técnicas e financeiras já foi finalizada pela equipe da  
115 CPRH e do PSHPE, já tendo ocorrido inclusive reuniões de negociação com a empresa melhor  
116 posicionada na seleção, mas que havíamos sido contatadas para fazer algumas alterações na  
117 nota técnica que compõe o processo e justifica o preço orçado pela empresa proponente  
118 selecionada antes de pedir a homologação do Banco Mundial. Tal alteração já está sendo  
119 providenciada e encaminhada ao PSHPE nos próximos dias, restando então a homologação pela  
120 instituição financiadora. A Conselheira Sandra, da Usina Petribú, questionou se existe a  
121 possibilidade real do projeto ser aprovado pelo banco e qual o tempo de execução estimado,  
122 para a qual eu respondi que acreditamos que o projeto será aprovado sim, pois atende ao  
123 Termo de Referência e o valor orçado pela empresa foi devidamente justificado, e que o projeto  
124 deve ser executado no prazo de um ano a contar da assinatura do contrato. A Conselheira  
125 Luciene, da FIEPE, questionou se existem outras fontes de recurso disponíveis para ações a  
126 serem desenvolvidas na APA. Respondi que, de imediato, não existem, mas que pode aparecer  
127 outros recursos de compensação ambiental por empreendimentos instalados na APA, bem  
128 como podem ser buscadas parcerias com empresas privadas da região para financiar ações  
129 ambientais no território, como por exemplo, com: o Shopping Camará, em Camaragibe, que já  
130 demonstrou interesse em desenvolver projetos socioambientais na APA; a Celpe, que tem  
131 atuado em prol das Unidades de Conservação em parceria com a CPRH visando compensar  
132 danos pela manutenção de suas linhas de transmissão; os proprietários de áreas passíveis de  
133 restauração florestal, que podem receber reposições florestais de empresas com passivos ou  
134 recomposição de suas Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, etc.. Nesse último  
135 ponto, especificamente, o levantamento de áreas degradadas nas Unidades de Conservação,  
136 projeto finalizado recentemente pelo CEPAN, pode ser um importante guia para indicar as áreas  
137 a restaurar, nos fazendo tirar do papel uma ideia antiga de cadastrar os proprietários que  
138 tenham tal interesse e coloca-los em contato com quem tem passivos ambientais a sanar,  
139 construindo um banco de áreas para restauração florestal, o que pode se tornar um projeto  
140 piloto para o Estado. No entanto, para conseguir tal feito, se faz necessário o empenho de todo

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

141 o Conselho Gestor. A Sra. Cristiane, do CEPAN, informou que o CEPAN e a BVRio promoverão o  
142 Seminário “Caminhos para a implementação do Código Florestal para os Estados do Nordeste”,  
143 que tratará sobre a implementação do Programa de Regularização Ambiental. O evento será  
144 realizado na SEMAS, no dia 17 de fevereiro. A Conselheira Sandra, da Usina Petribú, pediu a  
145 palavra para relatar a grande incidência de incêndios nos últimos meses na região de Aldeia, o  
146 que foi corroborado pelos demais Conselheiros presentes na reunião, destacando que nem  
147 sempre o Corpo de Bombeiros conseguem combatê-los. A Sra. Ludmila, do Fórum  
148 Socioambiental de Aldeia, questionou sobre o Grupo de Trabalho instituído para discutir a Lei  
149 de Proteção de Mananciais. Justifiquei que as reuniões do grupo não foram viabilizadas por  
150 conta de outras demandas em que fui envolvida nos últimos meses, o que me impediu de  
151 articular as reuniões com as instituições, mas que assim que for possível o farei. Em seguida,  
152 definimos o calendário das reuniões ordinárias trimestrais do Conselho Gestor para o ano de  
153 2017 nas seguintes datas: 08 de março, 07 de junho, 06 de setembro e 06 de dezembro, com  
154 locais a definir. O Sr. Moacir, do Instituto São Jorge, sugeriu que as próximas reuniões fossem na  
155 APA, para viabilizar a participação de outras pessoas da comunidade. Sugeri que a próxima  
156 reunião ainda seja na CPRH, e que nela sejam sugeridos locais para a realização das demais. A  
157 Sra. Luciene, da FIEPE, questionou se existe previsão para instalação de sede da APA Aldeia-  
158 Beberibe, e se já existe alguma previsão de local. Respondi já havia sido levantada a  
159 possibilidade da sede da APA se localizar no mesmo local do CETAS Tangará, recentemente  
160 inaugurado no Km 8 da PE-16, na Guabiraba, em Recife, mas que não há nada concretizado  
161 nesse sentido, pois o grande problema é a equipe e estrutura, que inexistem atualmente.  
162 Finalizando a reunião, a Plenária deliberou a próxima reunião ordinária do Conselho Gestor, dia  
163 08 de março de 2016, será realizada no auditório da sede da CPRH, situada na Rua Santana, nº  
164 367, Casa Forte, Recife – PE. Nada mais havendo a tratar, às 11h40min, declarei encerrada a  
165 reunião. E por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do  
166 Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos Conselheiros presentes  
167 na reunião, conforme lista de presença em anexo.  
168 Recife, 25 de janeiro de 2017.